

**Mesa 7 – La regulación educativa de los gobiernos central y regional,
la autonomía de las escuelas y la calidad del aprendizaje**

**A AVALIAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE REGULAÇÃO: quando o controle remoto
não funciona**

Romualdo Portela de OLIVEIRA

Universidade de São Paulo - Brasil

RESUMO

Um dos aspectos centrais das reformas educacionais empreendidas nos últimos anos, particularmente a partir da publicação do "report: A Nation at Risk", de 1983, nos Estados Unidos, é a crescente importância que tem sido atribuída aos Sistemas de Avaliação. Tais sistemas, regularmente têm se traduzido na existência de testagens em larga escala, que muitas vezes serve como suporte para tomada de decisões, tais como alocação de recursos, avaliação de professores entre outras. Tais procedimentos indicariam o que se chama de "High Stakes Tests" ou "Testes de alto impacto". A expectativa é que tais medidas teriam o poder de induzir modificações nos comportamentos dos diferentes agentes do sistema educativo e os mobilizaria na perspectiva do aperfeiçoamento dos mesmos. Se isso se realizasse inteiramente, os objetivos do sistema de gestão decorrente seria alcançado. Ao se controlar os sistemas de avaliação, seria possível controlar-se as reações do sistema, o que proporcionaria aos gestores do centro do sistema um mecanismo de "controle remoto", como diria Licínio Lima (1995). O problema é que a política educativa é um pouco mais complicada do que permitem antever os desejos dos reformistas. A proposição da apresentação é investigar algumas situações, ocorridas nos últimos anos no Brasil, nas quais os "incentivos" propostos não surtiram efeito, fazendo com que fosse necessário recorrer-se a outros expedientes de indução de aperfeiçoamento, muitas vezes recorrendo-se ao paradigma anterior da gestão hierarquizada e do controle do processo em detrimento do controle dos resultados.